
Dmítrov sobre a dissolução do *Komintern*

Kurt Gossweiler

Numa discussão com destacados camaradas do DKP (Partido Comunista alemão) sobre a dissolução do Bureau de Informação Comunista por Khruchov, durante a qual caracterizava esta dissolução como uma das medidas através das quais Khruchov introduziu no movimento comunista o «nacional comunismo», propagandeado pelo partido de Tito, em lugar do princípio marxista-leninista do internacionalismo proletário, foi-me respondido: «Então, deves dirigir essa crítica, em primeiro lugar, a Stáline, pois foi ele que, em 1943, ordenou directamente, sem perguntar nada a ninguém, a dissolução da Internacional Comunista, infligindo assim um duro golpe no movimento comunista!»

Esta visão da dissolução do *Komintern* é predominante tanto no DKP como no PDS (Partido do Socialismo Democrático) e, naturalmente, entre os partidos e grupos devotos a Trótski.

O que realmente aconteceu sabemos-lo, entre outros, pela leitura do diário pessoal de Dmítrov.¹

Faz parte da pré-história uma lei norte-americana promulgada pelo presidente Roosevelt em 17 de Outubro de 1940. Esta lei interditava às organizações americanas qualquer filiação internacional. Por esta razão, o Partido Comunista dos Estados Unidos arriscava-se a ser condenado por pertencer à Internacional Comunista. Na altura, o seu secretário-geral, Earl R. Browder, estava na prisão. Tinha sido condenado em Janeiro de 1940 a uma pena de quatro anos por «delito de passaporte». Por proposta sua, o partido dirigiu um pedido ao CEIC (Comité Executivo da Internacional Comunista), colocando a

* As citações do *Diário de Dmítrov* foram cotejadas com a sua versão em russo no artigo de V.V. Marina, «Dmítrov e os líderes do Krémline», publicado na revista *Mejdunaróдни Istorícheskoi Jurnal*, n.º12, Novembro/Dezembro de 2002, http://history.machaon.ru/all/number_12/istori4e/dimitrov/index.html. (N. do Ed.)

¹ Gueórgui Mikháilovitch Dmítrov (verdadeiro nome Gueórgui Dmítrov Mikháilov) (1882-1949). Compositor tipográfico desde 1894, torna-se secretário do Sindicato dos Tipógrafos em 1901, em Sófia, capital da Bulgária. No ano seguinte adere ao Partido Operário Social-Democrata Búlgaro, juntando-se à corrente maioritária dos «socialistas estritos». Entra para o CC em 1909, sendo eleito nesse ano secretário do Sindicato Geral Operário (1909-1923) e deputado ao parlamento (1913-1923). Foi um dos organizadores da insurreição armada de 1923 na Bulgária. Após a derrota da revolução, foi condenado à revelia com a pena de morte, sendo obrigado a refugiar-se no estrangeiro. Membro activo do *Komintern*, foi preso em 1933 na Alemanha nazi sob a falsa acusação de ter participado no incêndio do Reichstag. Consegue provar a sua inocência no célebre processo de Leipzig, onde faz uma brilhante defesa. A URSS atribui-lhe a cidadania soviética e exige o seu repatriamento que se concretiza dois meses mais tarde. Nos anos 30, juntamente com Ernst Telman e Dolores Ibárruri, torna-se um dos líderes mais carismáticos do Movimento Comunista Internacional. Em 1935 é eleito secretário-geral do Comité Executivo do *Komintern*. Entre 1927 e 1945 foi deputado do Soviete Supremo da URSS. Após a dissolução do *Komintern*, em 5 de Abril de 1943, é nomeado responsável pelo Departamento de Política Internacional do PCU(b). Após a libertação da Bulgária pelo Exército Vermelho regressa ao seu país, tornando-se presidente do Conselho de Ministros e, em 1947, secretário-geral do PCB. (N. do Ed.)

questão se não seria oportuno, para evitar a proibição do partido, anular a sua filiação na Internacional Comunista.

É para este pedido que remete manifestamente a seguinte nota do diário de Dmítrov:

16.11.40: Ercoli (Togliatti), Marty e Gottwald estiveram em minha casa por causa do pedido do Partido Comunista dos Estados Unidos relacionado com o seu congresso extraordinário.

Acordámos a seguinte resposta: «Se é absolutamente necessário tomar uma decisão sobre a questão da filiação [na organização do Komintern], então tal decisão deverá sublinhar a fidelidade do partido ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário no próprio momento em que o partido se vê forçado a romper temporariamente as relações formais com a Internacional Comunista para conservar a possibilidade de trabalhar legalmente.» (p. 319)

Cinco meses mais tarde, em Abril de 1941, Dmítrov regista as afirmações de Stáline num círculo de camaradas dirigentes.

«20.4.41: Brindou-se também à minha saúde. Nessa ocasião, I.V. Stáline disse: Dmítrov, no Komintern, tem partidos que estão a sair (alusão ao partido americano). Isto não é mau. Pelo contrário, seria conveniente que os partidos comunistas se tornassem totalmente independentes em vez de serem secções da Internacional Comunista. Devem tornar-se partidos comunistas nacionais sob diferentes nomes – partido operário, partido marxista, etc. O nome não é importante. Importante seria que se enraizassem no seu povo e se concentrassem nos seus próprios objectivos. Devem ter um programa comunista, devem basear-se numa análise marxista, mas, sem estarem sempre a olhar para Moscovo, deveriam resolver autonomamente as tarefas concretas que se colocam em cada país específico. A situação e as tarefas são completamente diferentes de país para país. (...) Quando os partidos comunistas se reforçarem deste modo, então reconstruir-se-á de novo a sua organização internacional. A Internacional foi fundada no tempo de Marx na expectativa de uma revolução internacional próxima. O Komintern foi criado por Lênine igualmente num período idêntico. No presente são as tarefas nacionais de cada país que estão no primeiro plano. Porém, a situação dos partidos comunistas enquanto secções de uma organização internacional subordinadas ao Comité Executivo da Internacional Comunista constitui um obstáculo. (...) Não fiquem agarrados ao que existia ontem. Avaliem estritamente as novas condições surgidas. (...)

Nas condições actuais, a filiação dos partidos comunistas no Komintern facilita a sua perseguição e o plano da burguesia de isolá-los das massas do seu próprio país, ao mesmo tempo que os impede de se desenvolverem autonomamente e de resolverem as suas tarefas enquanto partidos nacionais.»

Conclusão de Dmítrov: «Ficou colocada de maneira clara e precisa a questão sobre a existência futura da Internacional Comunista no período mais próximo, sobre as novas formas de ligação e de trabalho no plano internacional nas condições da guerra mundial.» (p. 374)

Com o propósito de consultá-los sobre esta questão, Dmítrov reuniu-se com os camaradas dirigentes do CEIC:

«21.4.41: Confrontei Ercoli [Togliatti] e Maurice [Thorez] com a questão sobre a suspensão da actividade do CEIC como instância dirigente dos partidos comunistas no período mais próximo, sobre a atribuição de uma total autonomia a cada um dos partidos, a sua transformação em autênticos partidos comunistas nacionais dos respectivos países, guiados por um programa comunista, mas que resolveriam por si

próprios as suas tarefas concretas, de acordo com as condições dos seus países, assumindo a responsabilidade pelas suas próprias decisões e acções. Criar, no lugar do CEIC, um órgão de informação e de suporte ideológico e político dos partidos comunistas.

Ambos consideraram que a colocação do problema era, no essencial, correcta e que correspondia inteiramente à actual situação do movimento operário internacional.» (p. 375)

Algum tempo mais tarde, Dmítrov, em companhia de D.Z. Manuïlski² e de A.A. Jdánov,³ levou a cabo outras consultas sobre esta questão.

«12.5.41: Discussão com D.S. Manuïlski sobre a forma de justificar a decisão de suspender a actividade do CEIC. Numerosas questões não esclarecidas e difíceis estão relacionadas com esta reorganização.

No CC [com Jdánov]. Falámos do Komintern.

1. A resolução deve ter uma fundamentação de princípio, uma vez que teremos de explicar seriamente no estrangeiro, bem como aos nossos comunistas soviéticos, por que razão se dá tal passo. O Komintern tem uma grande história e subitamente deixa de existir e de agir como centro internacional homogéneo. Na resolução deveríamos prever de antemão todos os golpes possíveis do adversário, por exemplo, de que se trataria de uma pretensa manobra ou que os comunistas teriam renegado o internacionalismo e a revolução proletária internacional. A nossa argumentação deve ser de forma a suscitar um ascenso dos partidos comunistas e não um ambiente fúnebre de desânimo (...).

As ideias da Internacional Comunista penetraram profundamente nas fileiras das camadas de vanguarda da classe operária dos países capitalistas. Na actual etapa é necessário que os partidos comunistas se desenvolvam como partidos nacionais autónomos. Na base do florescimento do movimento comunista nacional em cada país ressurgirá na próxima etapa uma organização comunista internacional numa base mais ampla e mais sólida. É preciso mostrar de forma clara que a dissolução do CEIC não significa a renúncia à solidariedade proletária internacional. Pelo contrário, substituem-se apenas as formas e os métodos em que esta se manifesta por formas e métodos mais bem adaptados à presente etapa do movimento operário internacional.

2. Este passo deve ser absolutamente sério e consequente. Não devemos fazê-lo para mudar apenas a roupagem e tudo o resto se manter como antes, ou seja, dissolver o CEIC mas, na prática, continuar a existir sob outro nome o centro dirigente internacional.

² Dmitri Zakháronovitch Manuïlski (1883-1959), membro do Partido desde 1903, do CC entre 1922 e 1952 (candidato desde 1922). Participante activo na revolução de 1905, exila-se em França entre 1907 e 1912 aderindo ao grupo dos otzovistas, opositores à linha de Lénine, que exigiam a retirada dos deputados sociais-democratas na Duma tsarista. Em Maio de 1917 regressa à Rússia e enquanto membro do grupo dos «Inter-Regionais» adere ao Partido Bolchevique em Julho desse ano. Em 1918 é enviado para a Ucrânia, onde é eleito, em 1921, primeiro secretário do CC do Partido. A partir de 1922 trabalha no Komintern, cujo Presidium integra em 1924, desempenhando funções de secretário do Comité Executivo entre 1928 e 1943. Em 1944 é designado ministro dos Negócios Estrangeiros e vice-presidente do Conselho de Ministros da Ucrânia, permanecendo neste último cargo entre 1946 e 1953, ano em que é aposentado por motivos de doença. (N. do Ed.)

³ Andréi Aleksándrovitch Jdánov (1896-1948), membro do Partido desde 1915, do CC desde 1930 (candidato desde 1925) e do *Politburo* desde 1939 (candidato desde 1935). Participante na Revolução de Outubro e na Guerra Civil, sucedeu a Kírov na direcção da organização de Leningrado, dirigindo aqui a frente de batalha entre 1941-45, bem como toda a vida da cidade durante os 900 dias do cerco alemão. A partir de 1944 exerce funções de secretário do CC para as Questões Ideológicas. (N. do Ed.)

3. *É muito importante a questão de quem tomará a iniciativa: a própria direcção ou por proposta de uma série de partidos comunistas? A última parece preferível.*

4. *O assunto não é muito urgente, não devemos precipitarmo-nos mas discuti-lo e prepará-lo seriamente.*

Há três questões que devem ser debatidas:

a) Como fazer uma fundamentação de princípio? b) De quem deve partir a iniciativa de aprovar a resolução? c) Como prosseguir a herança do Komintern?

5. *Em qualquer caso, o movimento comunista pode obter importantes vantagens com este passo: a) Todos os pactos anti-Komintern perdem o seu terreno; b) Será retirado o trunfo mais importante da burguesia, de que os comunistas estão subordinados a um centro estrangeiro significando que são «traidores»; c) Os partidos comunistas de cada país reforçarão a sua autonomia em cada país e transformar-se-ão em autênticos partidos populares dos seus países; d) Será facilitada a adesão ao partido dos operários activos que não aderem neste momento por considerarem que com isso se separam do seu povo.» (p. 386)*

Como vemos, seis semanas antes do ataque da Alemanha nazi contra a União Soviética, a dissolução da IC estava pois, por assim dizer, decidida. Contudo, o início da guerra patriótica contra a Alemanha fascista passou compreensivelmente para primeiro plano, sobrepondo-se a todas as outras questões.

Além disso, nas condições totalmente alteradas da aliança da União Soviética, da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, por um certo período, a direcção dos partidos comunistas pelo CEIC adquire uma vez mais grande importância.

É só depois da grande vitória do Exército Vermelho na batalha de Stalingrado, em Maio de 1943, vitória que permitiu conduzir definitivamente os exércitos da Alemanha fascista para a via da derrota, que voltamos a encontrar no diário de Dmítrov a primeira alusão à dissolução da Internacional Comunista desde o início do ataque fascista.

«8.5.43: Noite, em casa de Mólotov com Manuïlski. Conversámos sobre o futuro do Komintern. Chegámos à conclusão de que, nas actuais condições, o Komintern enquanto centro de direcção constitui para os partidos comunistas um obstáculo ao seu próprio desenvolvimento autónomo e à realização das suas tarefas específicas. Elaborar um documento para a dissolução deste centro.»

Entre 8 e 22 de Maio de 1943 não há um dia no diário de Dmítrov sem uma referência aos debates sobre esta questão. A 11 de Maio de 1943, um projecto de declaração do CEIC, redigido por Dmítrov e Manuïlski, é apresentado a Stáline, que manifesta o seu acordo.

Examinado várias vezes no *Presidium* do *Komintern*, o projecto foi redigido na sua versão definitiva em 20 de Maio de 1943, aceite unanimemente pelo Bureau Político do Partido Comunista da URSS em 21 de Maio de 1943 e publicado no *Pravda*, em 22 de Maio de 1943, sob o título «Comunicado do *Presidium* do Comité Executivo da Internacional Comunista».

O seu teor era o seguinte:

O papel histórico da Internacional Comunista, que tinha surgido em 1919, a seguir ao desmoronamento político da esmagadora maioria dos velhos partidos operários de vanguarda, consistia na defesa dos ensinamentos do marxismo contra o seu rebaixamento e a sua distorção por elementos oportunistas do movimento operário. Consistia em favorecer numa série de países a unificação da vanguarda dos operários progressistas em verdadeiros partidos operários, ajudá-los a mobilizar as massas de trabalhadores para a defesa dos seus interesses políticos e económicos, para o combate contra o fascismo e a guerra que preparava, e apoiar a União Soviética como principal baluarte da luta contra o fascismo. A Internacional Comunista revelou, no momento próprio, o verdadeiro significado do «pacto

anti-*Komintern*», do qual os hitlerianos se serviam como instrumento para a preparação da guerra. Bem antes disso, o *Komintern* já tinha denunciado incansavelmente o vergonhoso trabalho de sapa dos hitlerianos noutros Estados, actividade que disfarçavam com um alarido sobre a pretensa ingerência da Internacional Comunista. Muito antes da guerra tornara-se claro que, face à complexidade crescente da situação tanto interna como externa dos diversos países, a resolução das tarefas do movimento operário em cada país pelas forças de um qualquer centro internacional deparar-se-ia com dificuldades insuperáveis. A diferença das vias históricas de desenvolvimento dos diferentes países do mundo, o carácter diferenciado, até mesmo o contraste da sua estrutura, a diferença de nível e de ritmo da sua evolução social e política e, finalmente, a diferença de grau de consciência e de organização dos trabalhadores fazem com que tarefas distintas se imponham à classe operária dos diferentes países. O desenrolar dos acontecimentos no quartel de século então decorrido e a experiência adquirida pela Internacional Comunista mostraram de maneira convincente que a forma de organização escolhida no momento do I Congresso da Internacional Comunista para a unificação dos trabalhadores – e que correspondia às exigências do período inicial de renascimento do movimento operário – perdia cada vez mais eficácia com o crescimento do movimento operário nos diferentes países e a complexidade das suas tarefas e se tornava mesmo um obstáculo ao desenvolvimento ulterior dos partidos operários nacionais.

A guerra mundial desencadeada pelos hitlerianos acentuou ainda mais as diferenças na situação nos diversos países, cavou um fosso profundo entre os países representantes da tirania hitleriana e os povos amantes da liberdade, que se juntaram na poderosa coligação anti-hitleriana. Enquanto nos países do bloco hitleriano a tarefa principal dos trabalhadores, dos operários e de todos os homens honestos consiste em colaborar de todas as formas para a derrota deste bloco, minando a máquina de guerra hitleriana, em contribuir para a queda dos governos responsáveis pela guerra, nos países da coligação anti-hitleriana é um dever sagrado das amplas massas populares, e sobretudo dos trabalhadores progressistas, apoiar de todas as maneiras os esforços de guerra dos governos destes países para esmagar o mais rapidamente possível o bloco hitleriano e assegurar a colaboração das nações na base da igualdade de direitos. A este propósito é preciso não perder de vista que alguns países reunidos na coligação anti-hitleriana têm também as suas tarefas específicas. Assim, por exemplo, nos países ocupados pelos hitlerianos e privados da sua independência estatal, a tarefa principal dos trabalhadores progressistas e das amplas massas populares consiste no despontar da luta armada com vista a transformá-la em guerra de libertação nacional contra a Alemanha de Hitler. Em concomitância, a guerra de libertação dos povos amantes da liberdade contra a tirania hitleriana pôs em movimento as mais amplas massas populares que, sem distinção de partido ou de crença religiosa, se juntaram às fileiras da poderosa coligação anti-hitleriana e mostraram claramente que o ardor nacional e a mobilização das massas, na sua melhor forma e mais frutífera para uma vitória mais rápida sobre o inimigo, podem ser uma realização da vanguarda do movimento operário de cada país, no âmbito do seu Estado.

Já o VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935, tinha assinalado que as mudanças que se estavam a operar diante de si, tanto na situação internacional como no movimento operário, exigiam uma grande mobilidade e autonomia das secções da Internacional Comunista. Na redacção da resolução sobre as questões do movimento operário, o congresso sublinhou a necessidade de o Executivo da Internacional Comunista partir das condições concretas e das particularidades de cada país e de evitar qualquer tipo de intervenção directa nas tarefas organizativas internas dos partidos comunistas.

Estas considerações foram tidas em conta pela Internacional Comunista quando, em Novembro de 1940, o Partido Comunista dos Estados Unidos da América comunicou a sua decisão, que seria aprovada, de sair das suas fileiras.

Guiados pelos ensinamentos dos fundadores do marxismo-leninismo, os comunistas nunca foram partidários da manutenção de formas de organização obsoletas. Sempre

submeteram as formas de organização e os métodos de trabalho das suas organizações aos interesses políticos fundamentais do movimento operário no seu conjunto, às particularidades da situação histórica concreta existente e às tarefas directamente emanadas dessa situação. A sua memória guarda o exemplo do grande Marx, que juntou os trabalhadores progressistas nas fileiras da Associação Internacional dos trabalhadores – a I Internacional –, que estabeleceu os fundamentos do desenvolvimento do partido operário nos países da Europa e da América. Perante a necessidade amadurecida de criar partidos operários nacionais de massas foi dado o passo de dissolver a I Internacional, uma vez que esta forma de organização já não correspondia às necessidades.

Partindo de uma avaliação do presente, tendo em conta o crescimento e a maturidade política dos partidos comunistas e dos seus quadros dirigentes nos respectivos países, bem como o facto de que, com o desencadear da presente guerra, uma série de secções levantaram a questão da dissolução da Internacional Comunista enquanto centro dirigente do movimento operário internacional, o *Presidium* do Comité Executivo da Internacional Comunista, impossibilitado de nas condições da guerra mundial convocar o Congresso da Internacional Comunista, toma a iniciativa de submeter à aprovação das secções da Internacional Comunista a seguinte proposta: dissolver a Internacional Comunista como centro dirigente do movimento operário internacional e desvincular as secções da Internacional Comunista das obrigações decorrentes dos seus estatutos e suas decisões.

O *Presidium* do Comité Executivo da Internacional Comunista apela a todos os filiados da Internacional Comunista a concentrarem os seus esforços no apoio unilateral e na participação activa na guerra de libertação dos povos e dos Estados da coligação anti-hitleriana com vista ao esmagamento mais rápido possível do inimigo mortal dos trabalhadores: o fascismo da Alemanha e dos seus aliados e vassallos.

Esta declaração foi enviada a todas as secções do *Komintern* como uma tomada de decisão e todos os partidos a aprovaram sem excepção.

À data de 29 de Maio de 1943, Dmítrov anotou o teor das declarações de aprovação dos partidos comunistas da Grã-Bretanha, da Áustria e da Jugoslávia, assim como o teor da entrevista dada por Stáline ao correspondente da agência *Reuters* em Moscovo a propósito da dissolução do *Komintern*.

«8.6.43: *Realizámos a última sessão do Presidium do CEIC.*

1. *Constatámos que todas as secções saudaram unanimemente a proposta de dissolução do Komintern e que nenhuma secção levantou qualquer objecção a esta proposta.*

2. *Declarámos a dissolução do Comité Executivo do Komintern, do seu Presidium e do Secretariado, bem como da Comissão de Controlo Internacional.»*

«10.6.43: *O nosso comunicado de 8 de Junho de 1943 sobre a decisão do Presidium direcção foi publicado no Pravda.»*

Assim, tanto a documentação como as notas de Dmítrov nos seus diários sobre a história da dissolução do *Komintern* desmentem completamente a lenda da «brusca dissolução da Internacional Comunista por um único decreto de Stáline».

Eis a verdade: foi a lei americana de Outubro de 1940, que ameaçava interditar o PC dos Estados Unidos – caso continuasse a ser uma secção da Internacional Comunista –, que impulsionou a reflexão sobre a dissolução. O primeiro passo para a dissolução foi pois a subsequente suspensão da ligação do PC dos Estados Unidos à Internacional Comunista.

A razão decisiva da dissolução do *Komintern* foi, por um lado, a alteração das condições objectivas – por força das quais a continuação de uma direcção central do trabalho dos partidos comunistas constituiria um obstáculo ao seu crescimento e ao aprofundamento da sua ligação aos trabalhadores dos respectivos países – e, por outro lado, a convicção de que,

entretanto, os partidos comunistas tinham amadurecido suficientemente para se desenvolverem como partidos marxistas-leninistas sem necessidade da direcção de uma central.

A dissolução concretizou-se após um ano de consultas do *Presidium* do CEIC e com a aprovação de todas as secções da IC de uma forma inegavelmente democrática. A dissolução da Internacional Comunista não foi, pois, de maneira alguma, uma transgressão do internacionalismo, uma vez que o internacionalismo manteve-se como componente essencial de cada verdadeiro partido marxista-leninista, independentemente da respectiva forma organizacional da sua colaboração. Além disso, foi expressamente apontada intenção, tanto por Stáline como pela direcção do CEIC, de recriar no futuro, em condições novas, uma organização internacional dos partidos comunistas na forma que correspondesse à situação então existente.

Como é sabido, o Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários (*Kominform*) foi fundado numa conferência em Varsóvia, em Setembro de 1947, porque, como referia o comunicado da conferência, a falta de contacto entre os partidos representados tinha suscitado fenómenos negativos. Este Bureau de Informação teria como tarefa a organização de troca de experiências entre os partidos e, se necessário, a coordenação da sua actividade na base de um acordo mútuo. Os participantes da conferência, membros fundadores da organização, chamada abreviadamente «Bureau de Informação», eram representantes de partidos comunistas no poder: PC da URSS, PC da Bulgária, PC da Jugoslávia, Partido Operário Polaco, PC da Roménia, PC da Checoslováquia, PC de França e PC de Itália.

O Bureau de Informação existiu durante nove anos. O seu fim não se distinguiu fundamentalmente do fim da Internacional Comunista. Exteriormente, decerto, a forma foi preservada. No «Comunicado de informação sobre a suspensão da actividade do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários», a dissolução foi justificada igualmente pelas «novas condições para a actividade dos partidos comunistas e operários», e salientou-se o seguinte: «Os comités centrais dos partidos comunistas operários pertencentes ao Bureau de Informação trocaram opiniões sobre questões da sua actividade e reconheceram que o Bureau de Informação, por eles criado em 1947, esgotou a sua função; neste contexto tomaram de comum acordo a decisão de suspender a actividade do Bureau de Informação (...) e de suspender a publicação do seu órgão, o jornal *Para uma Paz Duradoura, Pela Democracia Popular*.»

Hoje coloca-se a questão: o que é que de tão fundamental mudou entre 14 de Dezembro de 1955 e 17 de Abril de 1956 para se ter passado da defesa da existência do Bureau de Informação à opinião de que ele teria «esgotado a sua função»?

A 14 de Dezembro de 1955, Khruchov e Bulgánine⁴ realizaram em Nova Deli uma conferência de imprensa comum, no decurso da qual Bulgánine tomou a seguinte posição:

Por vezes, pergunta-se se não se poderia liquidar de uma forma ou de outra o Kominform. Por que razão os partidos comunistas deveriam renunciar a uma forma internacionalmente reconhecida de relações e de colaboração internacionais? Por que é

⁴ Nikolai Aleksándrovitch Bulgánine (1895-1975), membro do Partido desde 1917, do CC (1937-61), candidato desde 1934, do *Politburo* (1948-58), candidato desde 1946, do *Orgburo* (1946-52). Trabalha nos órgãos de segurança (1918), no Conselho Superior da Economia Nacional (1922-27), como director de uma fábrica de material eléctrico em Moscovo (1927-31). É eleito presidente do Soviete de Moscovo em 1931, torna-se presidente do governo da República da Rússia (1938-41), e a seguir vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS (1947-53). Durante a guerra integra os conselhos militares de diversas frentes, é vice-comissário da Defesa desde 1941, ministro da Defesa entre 1947-49 e das Forças Armadas entre 1953-56. A partir de 1953 ainda exerce funções de primeiro vice-presidente e de presidente do Conselho de Ministros da URSS (1955-58). Afastado do governo da URSS em 1958, é nomeado presidente do Conselho da Economia de Stavropol. Dois anos mais tarde é aposentado. Marechal da União Soviética desde 1947 foi despromovido para coronel-general em 1958. (N. do Ed.)

que aqueles que levantaram a questão da liquidação do Kominform não têm nada contra a actividade da Internacional Socialista que uniu os partidos sociais-democratas? Por que é que lhes parece natural e justificado que os capitalistas se reúnam em monopólios internacionais e conferenciem regularmente para realizar os seus negócios em comum e ao mesmo tempo exijam que a classe operária renuncie à grande divisa da solidariedade internacional já pronunciada por Marx e Engels, «Proletários de todos os países unidos!», que corresponde aos interesses mais legítimos de todos os trabalhadores?

Esta declaração foi pois uma completa derrota para estes senhores ocidentais, para quem o *Kominform* – a terminologia usual no Ocidente para designar o Bureau de Informação – era há muito tempo uma espinha no pé! O que é que aconteceu para que quatro meses depois isto já não fosse válido? O que é que tinha mudado tão profundamente?

Só há uma resposta para isso. É que, entretanto, realizou-se o XX Congresso do Partido Comunista da URSS, que iniciou uma viragem afastando-se da política leninista de luta contra o imperialismo com o objectivo de a substituir pela política de reconciliação e de «coexistência» duradoura e pacífica com o imperialismo. Tratava-se, pois, de uma distanciação relativamente à política revolucionária de luta de classes intransigente no espírito do *Manifesto do Partido Comunista*, com vista a adoptar uma política revisionista de conciliação de classes.

O Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários, pela sua composição, podia tornar-se um centro de resistência contra a aplicação desta reviravolta no movimento comunista mundial. O Bureau também exercia uma pressão sobre a direcção do PCUS para que concertasse as suas próprias decisões com as dos parceiros no seio de um órgão colectivo de deliberação – eis a função que foi declarada como «esgotada». O Bureau de Informação devia pois desaparecer! Khruchov precisava de ter o caminho livre para a sua reconciliação com Tito em Junho de 1955, e, de seguida, para a sua tática surpresa utilizada com sucesso no XX Congresso, que consistia em colocar os outros partidos comunistas perante factos consumados e, assim, perante a alternativa: a obediência ou a ruptura com o Partido Comunista da URSS! As consequências de uma recusa tornaram-se claras para todos em 1960 através do exemplo da ruptura com a Albânia e a China. Mas a direcção revisionista só pôde fazê-lo porque já não havia qualquer órgão colectivo do movimento comunista...



Kurt Gossweiler é o especialista mais reputado da história do fascismo alemão. É também um especialista da história do revisionismo no seio do movimento comunista internacional. (www.kurt-gossweiler.de)

O presente texto foi originalmente publicado no *Weiseneer Blätter*, 4.º trimestre, 2001. Todas as indicações de páginas referem-se aos escritos de George Dmítrov, intitulados *Diários 1933-1943*, publicados em alemão por Bernard H. Bayerlein. Traduzido do russo e do búlgaro por Vladislav Hedeler e Brigit Schievenz, Edição Aufbau, Berlim 2000.

O presente texto é a segunda parte de um artigo surgido na revista *Les dossiers do BIP*, n.º 89, em Dezembro de 2002. Estes dossiers estão editados pelas Edições Démocrite, bd Roger Salengro 52, 93190 Livry-Gargan, França. E-mail: democrite@wanadoo.fr